

Por que a saúde coletiva não incorporou a Teoria Marxista da Dependência em suas análises? Uma contribuição para sucessivas aproximações.

Antonio Angelo Menezes Barreto¹

Daniele Correia²

Introdução

Diversos autores latino-americanos com abordagens teórico-metodológicas distintas (NUNES, 2007) passaram a produzir pensamento crítico em saúde a partir dos anos 1970 numa interpretação das condições de vida e trabalho das populações. Assim, fomenta-se o campo da medicina social ou saúde coletiva, como se convencionou intitular no Brasil, que à época recepcionou instrumentais teóricos e metodológicos das ciências sociais críticas, a destacar a marxista, principalmente a partir das categorias analíticas gramscianas³.

O marxismo teve uma influência significativa no movimento de democratização da saúde durante a ditadura militar brasileira, contribuindo para o desenvolvimento do Movimento Sanitário e da proposta da Reforma Sanitária Brasileira (RSB). Conceitos gramscianos, como revolução passiva, transformismo, guerra de posição e de movimento, hegemonia e Estado ampliado, foram adaptados ao contexto latino-americano e utilizados para formular estratégias políticas e de mobilização da RSB. Além de fornecer uma base teórica, o marxismo inspirou a implementação prática da RSB, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que busca garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Assim, a RSB reflete uma forte influência do pensamento marxista, especialmente das ideias de Gramsci (PAIM, 2006; SILVA, 2017).

A influência marxista na medicina social/saúde coletiva também se fez presente na crítica às abordagens funcionalistas e economicistas da medicina. Um marco importante foi a Reunião de Cuenca, em 1972, na qual intelectuais latino-americanos analisaram os modelos teóricos predominantes na saúde, criticando o enfoque sociológico funcionalista por suas limitações explicativas e seu viés ideológico. Como alternativa, propuseram um referencial crítico capaz de estabelecer a relação entre a produção de serviços de saúde e a estrutura socioeconômica capitalista (PAIM, 2006).

O aporte teórico marxista fundamentou a produção acadêmica de diversos pesquisadores que se tornaram referências na medicina social/saúde coletiva. As pioneiras foram a brasileira Anamaria

¹ Doutorando do Programa de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

² Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

³ Antonio Sebastiano Francesco Gramsci (22 de janeiro de 1891, Ales, Itália - 27 de abril de 1937, Roma, Itália) foi um filósofo marxista, escritor, teórico político, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano.

Testa Tambellini e a sueca naturalizada mexicana Asa Cristina Laurell. “Essas autoras, guardadas importantes diferenças entre elas, partiram da categoria trabalho em Marx, enquanto processo que transforma o mundo e, ao mesmo, permite a autotransformação humana” (SOUZA, 2023, P. 164). Na esteira, o argentino Juan César Garcia, por exemplo, introduziu uma abordagem crítica nas ciências sociais em saúde, analisando a educação médica como um modo de produção de médicos e investigando as relações entre medicina e estrutura social.

Enquanto expoentes no Brasil, destacamos Cecília Donnangelo, em sua tese “*Médicos e seu mercado de trabalho*” (1972), criticou o papel do Estado na manutenção da ordem social capitalista e questionou o caráter neutro das políticas de saúde. Sérgio Arouca, em sua tese “*Contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*” (1975), utilizou o método da crítica da economia política para analisar a emergência do discurso preventivista, evidenciando suas fragilidades teóricas e seu alinhamento com interesses econômicos e políticos dominantes (PAIM, 2006).

Outrossim, desde o final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, as ciências sociais na América Latina viveram um período de notabilidade sem precedentes, marcado pela produção de inúmeras obras relevantes nos campos da economia, sociologia e política. Esse florescimento intelectual foi impulsionado, em parte, pela instabilidade política da região, marcada por sucessivos golpes militares, e, em parte, pela expansão econômica, que destinava consideráveis recursos às universidades e centros de pesquisa. Esse cenário favoreceu a realização de congressos, seminários e outros eventos acadêmicos, fomentando intensos debates, colaborações e disputas intelectuais entre pesquisadores latino-americanos. A vitalidade desse período transcendeu os limites regionais, influenciando os meios acadêmicos e políticos da Europa e dos Estados Unidos, estimulando novas abordagens analíticas em países africanos e asiáticos e até mesmo rompendo com o isolamento característico do pensamento social nos países socialistas (MARINI, 1992).

A comparação entre esse período de intenso dinamismo intelectual e o esvaziamento teórico e formalismo acadêmico que se seguiram nas décadas seguintes, foi objeto de reflexão por parte de Ruy Mauro Marini (1992)⁴. Em sua análise, o autor observava que, se nos anos 1960 e 1970 predominava a originalidade e a liberdade criativa no pensamento latino-americano, no final do século XX, já se verificava uma crescente subordinação teórica aos paradigmas norte-americanos e europeus. Para Marini (1992), essa reversão de tendências – marcada pela redução da capacidade criativa e pelo retorno ao colonialismo cultural – refletia, em grande medida, a estagnação econômica e a desagregação social da América Latina durante a década de 1980. No entanto, ainda que o pensamento social esteja intrinsecamente relacionado à realidade material e influenciado por ela, ele

⁴ Ruy Mauro de Araújo Marini (Barbacena, 2 de maio de 1932 – Rio de Janeiro, 5 de julho de 1997) foi um cientista social brasileiro. Compôs junto a Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra a elaboração da TMD.

também possui uma lógica própria e uma trajetória histórica independente, desempenhando um papel ativo na configuração das condições de vida da sociedade (MARINI, 1992).

Nesse ínterim, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi fundamental para o pensamento das ciências sociais na América Latina ao fornecer uma análise crítica da formação econômico-social da região, fomentando debates sobre desenvolvimento e dependência e influenciando em políticas e movimentos que buscavam superar a posição subordinada da América Latina no capitalismo global. A TMD surgiu como uma resposta às teorias que sugeriam que o subdesenvolvimento era apenas uma fase transitória do progresso econômico. Autores como Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra argumentaram que o subdesenvolvimento latino-americano não era uma etapa inicial do desenvolvimento, mas sim um produto estrutural da dependência em relação aos países centrais do capitalismo.

À vista disso, nos inquieta que a TMD, enquanto referencial teórico que contribui para identificar os condicionantes estruturais da dependência e de que modo se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo e, que tem o potencial de elucidar os impactos das desigualdades estruturais no desenvolvimento do capitalismo dependente em nossa região, seja pouco explorado, para não dizer ausente, no pensamento crítico em saúde no Brasil.

No esforço de compreendermos, por sucessivas aproximações, a pergunta que nos guia neste trabalho é: *“Por que a saúde coletiva no Brasil não incorporou a Teoria Marxista da Dependência (TMD) em suas análises?”*

Como representação de notas introdutórias ao debate, sem a pretensão de esgotá-lo, apresentamos em três seções os elementos históricos-constitutivos que jogam luz à questão. Na primeira seção, abordamos o sanitarismo desenvolvimentista, que esteve associado ao pensamento econômico nacional-desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a crítica da TMD a essa abordagem. Na segunda seção, analisamos os ciclos históricos do Brasil relacionados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), destacando as estratégias adotadas por cada um; além disso, exploramos a Estratégia Democrático-Popular (EDP), intrinsecamente vinculada ao referencial teórico gramsciano, ressaltando sua influência no movimento sanitário brasileiro e no campo da saúde coletiva. Por fim, apresentamos os fundamentos da TMD, sob os quais se buscou formular uma estratégia socialista em meio à transição entre os ciclos da Estratégia Nacional e Democrática (END) e da EDP, oferecendo uma interpretação marxista radical sobre a realidade latino-americana.

1. Sanitarismo desenvolvimentista, Cepal e a crítica da TMD: implicações para a saúde coletiva

Nesta seção, analisamos a relação entre o ‘sanitarismo desenvolvimentista’, o pensamento econômico da Cepal e a TMD. O objetivo é compreender como a TMD, apesar de sua influência

crítica às teorias do desenvolvimento, não foi amplamente adotada como referencial teórico pela produção marxista no campo da saúde coletiva. Argumentamos que isso se deve, em parte, à trajetória histórica e intelectual do sanitarismo desenvolvimentista, que influenciou a RSB e a institucionalização do SUS, tendo como uma de suas bases teóricas o pensamento nacional-desenvolvimentista cepalino.

Para entender melhor esse contexto, é necessário analisar a origem e as principais ideias do sanitarismo desenvolvimentista no Brasil e sua conexão com o pensamento econômico da Cepal. Esse movimento articulava saúde e desenvolvimento econômico, assumindo que a melhoria das condições sanitárias dependia do processo de industrialização e da modernização⁵ econômica do país. Dois de seus principais expoentes, Mário Magalhães da Silveira e Carlos Gentile de Mello, argumentavam que políticas de saúde deveriam estar alinhadas a um projeto nacional de desenvolvimento.

Como destacam Borges e Baptista (2021) ao mencionarem Silveira (2005):

Sua tese fundamental deriva da compreensão de que o Brasil era um país subdesenvolvido porque atrasado no processo de industrialização. Sua aposta firmava-se na precedência do desenvolvimento econômico sobre a medicina e a saúde pública para causar impacto no quadro de saúde da população (BORGES; BAPTISTA, 2021, p. 80–81).

Essa perspectiva era convergente com o pensamento nacional-desenvolvimentista da Cepal, que enfatizava “a industrialização como meio necessário para a superação dos entraves ao desenvolvimento nos países dependentes” e “o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social” (CASTELO, 2022, p. 171). Com o objetivo de difundir a teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial, a Cepal foi criada em criada em 1948, para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da região.

Sobre a teoria do desenvolvimento, Marini (2010) nos aclara que:

Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais (MARINI, 2010, p. 104).

Nesse sentido, com o objetivo de “estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento” (MARINI, 2010, p. 106), a Cepal, nas décadas de 1950 e 1960, formulou um diagnóstico das economias dependentes latino-americanas que influenciou políticas públicas em diversos setores, incluindo a saúde. Contudo, conforme nos adverte Marini (2010):

Na realidade, a missão fundamental atribuída a essas comissões foi a de atuarem como agências de elaboração e difusão da teoria do desenvolvimento no contexto da política de

⁵ Segundo Marini: “Um [...] aspecto a ser destacado na teoria do desenvolvimento é a sua insistência na ideia de que o desenvolvimento econômico implica a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país. Essa modernização corresponde, em última instância, à aproximação de tais condições dos padrões vigentes nos países capitalistas centrais. O processo de modernização, além de trazer consigo a possibilidade de tensões e crises, iria se manifestar durante certo tempo mediante uma situação de dualidade estrutural que oporia um setor moderno ao setor tradicional da sociedade em questão. A questão da modernização e a noção de dualismo estrutural inspiraram o grosso da produção sociológica e antropológica desse período” (MARINI, 2010, p. 105).

domesticação ideológica que os grandes centros contrapuseram às demandas e pressões do que viria a ser chamado de Terceiro Mundo (MARINI, 2010, p. 106).

De todo modo, a influência da Cepal no campo sanitário foi fundamental para a consolidação de um pensamento desenvolvimentista na saúde pública, no qual a melhoria das condições sanitárias era entendida como consequência do crescimento econômico. Nesse contexto, Silveira esteve diretamente vinculado a esse pensamento e participou ativamente das discussões sobre a relação entre saúde e desenvolvimento dentro desse referencial, como documenta Reis (2015): “*Mário deu aulas na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) sobre saúde, desenvolvimento e demografia*” (REIS, 2015, p. 283).

Escorel (2015) também aponta essa relação ao destacar que Silveira estava inserido nos debates econômicos sobre desenvolvimento e participou de eventos da Cepal: “*foi professor do ISEB e realizava conferências sobre saúde e desenvolvimento em diversos cursos organizados pela CEPAL*” (ESCOREL, 2015, p. 2454). Silveira não apenas ministrou cursos na Cepal sobre a temática, como também colaborou com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a convite de Celso Furtado, entre 1959 e 1961 (BORGES; BAPTISTA, 2021; ESCOREL, 2015; REIS, 2015).

A Sudene foi um dos principais instrumentos da estratégia desenvolvimentista no Brasil, e suas políticas foram fortemente influenciadas pelo pensamento nacional-desenvolvimentista. A aproximação de Silveira com esse referencial teórico pode ser evidenciada pela sua atuação tanto na Sudene, quanto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁶, outro espaço imanente do pensamento nacional-desenvolvimentista.

Essa influência teórica se reflete em sua trajetória intelectual, que esteve alinhada a um conjunto de pensadores e instituições que buscavam compreender o desenvolvimento a partir das especificidades das economias periféricas. Como destacam Borges e Baptista (2021):

Seu pensamento era influenciado [...] por outros pensadores brasileiros, como Celso Furtado e Roberto Simonsen, e por instituições dedicadas a pensar o desenvolvimento a partir de realidades periféricas, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Comissão Econômica para América Latina (Cepal) (BORGES; BAPTISTA, 2021, p. 81).

A relação entre saúde e desenvolvimento econômico esteve no centro das formulações de Silveira, que defendia que a saúde pública deveria ser integrada ao Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado por Celso Furtado no governo João Goulart. Como salienta Escorel (2015):

A influência de Mário Magalhães e do pensamento ‘sanitarista desenvolvimentista’ atingiu o auge no governo João Goulart. O sanitarista participou decisivamente da elaboração da Política Nacional de Saúde, apresentada pelo ministro Souto-Maior, em fins de 1961, e que buscava integrá-la ao Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado por Celso Furtado, de modo a “fazer da Saúde Pública um instrumento efetivo no auxílio do desenvolvimento econômico” (ESCOREL, 2015, p. 2458).

⁶ De acordo com Bresser-Pereira (2005, p. 201): “Nos anos 50, os intelectuais do ISEB, refletindo o processo de revolução industrial e nacional que estava em curso desde 1930, conceberam a interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do Brasil e da América Latina”.

O modelo sanitário desenvolvimentista, que surgiu no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, vinculava a saúde pública e o desenvolvimento econômico como fatores interdependentes para o progresso do país. Inspirado por teorias econômicas desenvolvimentistas, como o pensamento nacional-desenvolvimentista da Cepal, essa corrente defendia que o crescimento econômico era uma condição prévia para melhorar as condições de saúde da população, e não o contrário (BORGES; BAPTISTA, 2021).

Uma parte essencial da crise do desenvolvimentismo foi a crítica dirigida a ele durante a primeira metade da década de 1960 por intelectuais que, embora formados sob sua influência, não faziam parte dessa corrente de pensamento. No entanto, esse aspecto exige uma análise cuidadosa, pois o desenvolvimento das ideologias não pode ser entendido como um mero desdobramento delas mesmas. Na verdade, o pensamento que se consolidou posteriormente, na segunda metade da década, não foi apenas uma resposta ao desenvolvimentismo: ele também foi, em grande medida, resultado das disputas que ocorreram no interior da esquerda (MARINI, 1992).

Marini analisa o papel dos partidos comunistas na América Latina desde os anos 1920, ressaltando que, neste período, *“falar de esquerda era falar dos partidos comunistas. Desenvolvendo-se, inicialmente, num quadro de florescimento teórico, que abre perspectivas novas para a compreensão da América Latina, os comunistas estreitam sua visão, sob o impacto da repressão policial e do stalinismo”* (MARINI, 1992, p. 85).

Nesse cenário, as concepções da Terceira Internacional se impuseram, tratando a América Latina como análoga à Ásia (a "China do Extremo Ocidente", segundo o VI Pleno da Internacional Comunista) e aplicando a ela as teses sobre a questão colonial. Foi nessa perspectiva que os comunistas latino-americanos adotaram o lema da revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, ao mesmo tempo em que defendiam a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar esse processo.

No período do pós-guerra, o crescimento da burguesia industrial e o surgimento do desenvolvimentismo como expressão ideológica dessa classe surpreenderam os comunistas, que se encontravam desarmados diante dessa nova realidade. Marini argumenta que:

O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior — quando ficara confinado sobretudo à historiografia — leva, então, a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo (MARINI, 1992, p. 86).

Ao longo da década de 1950, no entanto, começou a surgir em toda a América Latina uma esquerda não-comunista, geralmente originária de movimentos populistas e composta principalmente por estudantes, intelectuais e jovens militares. Essa nova força política, chamada genericamente de ‘esquerda revolucionária’, ficou marcada por movimentos históricos importantes, como o Movimento

26 de Julho em Cuba, o movimento sandinista na Nicarágua e os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR) na Venezuela e no Peru.

De acordo com Marini, essa esquerda valorizava *“a prática revolucionária e a luta armada, essas forças começam a estabelecer contatos entre si e a gerar uma nova ideologia, que tem como característica a exigência de vincular a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista, embora não abrace ainda explicitamente os ideais do socialismo”* (MARINI, 1992, p. 87). Segundo Marini, a formação da esquerda revolucionária latino-americana esteve diretamente ligada ao *“aguçamento das lutas sociais do período”* (MARINI, 1992, p. 87). O contexto social e político da época foi marcado pelo surgimento de novos atores sociais, como o campesinato, que se consolidava como um movimento social ativo, e o proletariado urbano pobre, cuja presença nas cidades deu origem às primeiras teorizações sobre a marginalidade urbana.

Marini observa ainda que, ao mesmo tempo, *“adensava-se o tecido da classe média citadina o que levou ao rápido aumento dos estudantes e jovens profissionais, cada vez mais descontentes com a falta de perspectivas que lhes estava abrindo o desenvolvimento empresarial pela burguesia industrial”* (MARINI, 1992, p. 87). Nesse cenário de insatisfação e mobilização social, a esquerda revolucionária enfrentava o desafio ideológico representado pelas teses da Cepal, que haviam sido amplamente adotadas pelos partidos comunistas para justificar sua estratégia gradualista e reformista.

Nesse sentido, Marini argumenta ser:

[...] natural que, em sua luta ideológica com os PCs, a esquerda revolucionária latino-americana se defrontasse com as teses da Cepal, já que, como vimos, os comunistas as utilizavam para fundamentar seu gradualismo reformista. Não há, entretanto, por parte dela, uma formulação alternativa sistemática a essas teses. Esta tarefa será realizada, mais adiante, por seus intelectuais orgânicos e pela grande maioria da intelectualidade jovem, que buscava uma saída ante a crise do desenvolvimentismo (MARINI, 1992, pp. 87-88).

A TMD surgiu em meados da década de 1960, a partir de trabalhos publicados entre 1964 e 1967, que estimularam um intenso debate entre intelectuais latino-americanos. O golpe militar no Brasil e a repressão subsequente favoreceram esse intercâmbio ao deslocar exilados, permitindo a troca de ideias entre intelectuais de diversos países. A partir de 1968, o Chile, que mantinha seu regime democrático, tornou-se o principal centro de formulação da TMD.

Diferentemente da Cepal, que via o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fases de um mesmo processo, a TMD os considerava realidades opostas e interligadas, sendo o subdesenvolvimento um produto do próprio avanço do capitalismo. André Gunder Frank sintetizou essa ideia na fórmula do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", mostrando que o crescimento das economias dependentes acentuava a desigualdade em relação aos países centrais. A teoria da dependência rejeitava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e, em sua vertente mais radical, associava a luta contra a dependência à luta pelo socialismo (MARINI, 1992).

Aplicando essa crítica ao campo da saúde, pode-se argumentar que o sanitarismo desenvolvimentista compartilhou algumas das mesmas limitações do pensamento cepalino. O

sanitarismo desenvolvimentista defendia que a melhoria das condições sanitárias viria como consequência do crescimento econômico, enfatizando a necessidade de planejamento estatal e investimento na modernização produtiva, sem, no entanto, aprofundar uma crítica às relações sociais de produção e à estrutura desigual do capitalismo dependente.

Com base nessa análise, levantamos uma primeira aproximação para a formulação de hipótese: a TMD não foi amplamente incorporada ao pensamento sanitário brasileiro nas décadas de 1940 a 1960, que se estruturou a partir de uma tradição reformista, fortemente influenciada pelo nacional-desenvolvimentismo da Cepal. Dessa forma, embora a TMD tenha tido alguma relevância nas ciências sociais, ela não encontrou ressonância no sanitário desenvolvimentista, pois apresentava uma perspectiva distinta daquela defendida pela Cepal, entrando em conflito com essa base teórica que fundamentou a luta pela saúde no Brasil naquele período.

2. Os ciclos históricos no Brasil: análise da Estratégias Nacional e Democrática (END) e Democrático-Popular (EDP) e suas implicações no pensamento econômico em saúde

Uma segunda aproximação necessária para compreender os motivos pelos quais o campo da saúde coletiva no Brasil não adotou a TMD em suas análises é examinar o ciclo histórico⁷ em que o movimento sanitário brasileiro estava inserido e entender a estratégia⁸ por ele adotada para alcançar a revolução brasileira ou, no campo da saúde, a Reforma Sanitária Brasileira.

Assim, como aponta Martins et al. (2019), para apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo histórico, é fundamental recorrer à teoria, ou seja, ao reflexo unitário e coerente, no plano do pensamento, da realidade sobre a qual se busca intervir e que orienta essa estratégia. No Brasil, é possível identificar dois grandes ciclos. O primeiro corresponde ao ciclo do PCB, ou à END, cujo objetivo era enfrentar os ‘restos feudais’ e o imperialismo no Brasil, fatores que supostamente impediam o desenvolvimento autônomo do capitalismo no país. Para isso, previa-se uma aliança com a ‘burguesia nacional’ a fim de acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa: a revolução socialista (MARTINS et al, 2019).

O segundo ciclo, associado ao PT e à EDP, fundamenta-se no processo de ampliação da democracia, entendido como a expansão progressiva de um conjunto de direitos e da participação política. Esse avanço ocorreria por meio da pressão dos movimentos sociais e da ocupação de espaços

⁷ “Um ciclo histórico é necessariamente associado à constituição da classe como sujeito político e, portanto, inseparável do movimento de sua consciência. A consciência de classe não é um mero saber de si como classe, senão uma consciência prática necessária, isto é, implica que a classe superou sua ‘serialidade’, se fundiu contra uma ‘ameaça’ e assumiu para si tarefas políticas práticas que se confrontam antagonicamente com a classe dominante” (MARTINS et al., 2019, p. 27).

⁸ Para uma melhor compreensão do que vem a ser “estratégia”, adotamos a noção retirada de Martins et al. (2019, p. 27), na qual “Uma estratégia se refere à forma pela qual a classe – através dos instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diversos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução”.

no Estado, confrontando os interesses da classe dominante. Dessa tensão, surgiria a necessidade do socialismo⁹ (MARTINS et al, 2019).

A END foi central nos debates políticos e intelectuais da esquerda brasileira ao longo do século XX. Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, três importantes pensadores marxistas, ofereceram críticas distintas, mas complementares, a essa estratégia, com base em suas interpretações sobre o desenvolvimento histórico e político do Brasil e “*formam a tríade que elegemos para pensar a transição*” (DANTAS, 2017, p.115) que culmina na EDP. A análise das obras desses autores é fundamental para compreender como essas concepções teóricas influenciaram as diferentes formas de pensar e promover a transformação social no Brasil ao longo desse período.

2.1. Caio Prado Júnior e os caminhos da Revolução Brasileira

Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira* (1966), realiza uma crítica profunda à estratégia revolucionária defendida pelo PCB e pela Internacional Comunista. Sua análise contesta a concepção hegemônica de uma revolução democrático-burguesa, baseada na ideia de uma fase antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira (MARTINS et al, 2019).

Segundo Prado Jr.,

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos” haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado (PRADO JR., 2014, p. 39).

A estratégia defendida pelo PCB estava equivocada, pois o Brasil, desde suas origens coloniais, sempre esteve inserido em relações capitalistas mercantis, sem nunca ter passado por um regime feudal. A colonização, estruturou a economia brasileira como uma extensão do capitalismo comercial europeu, moldando suas instituições políticas e sociais em um quadro de dependência e subordinação ao imperialismo (MARTINS et al, 2019).

Dessa perspectiva, de acordo com Martins et al. (2019), Caio Prado refuta a tese de que haveria uma burguesia nacional progressista, supostamente oposta ao imperialismo e aos latifundiários. Para Prado Jr.,

Não há assim fundamento para estabelecer distinção político-social, de natureza estrutural, entre os setores e categorias sociais brasileiros ligados respectivamente a atividades rurais e urbanas. Ainda menos se justifica a discriminação feita na teoria consagrada da revolução brasileira entre uma burguesia “compradora” [...], burguesia essa associada ao imperialismo, e uma outra “burguesia nacional”, também imprecisamente caracterizada, e que é anti-imperialista por força da natureza específica de seus negócios e atividades, e da posição econômica e financeira que ocupa frente ao imperialismo (PRADO JR., 2014, pp. 73-74).

⁹ Na última seção do capítulo, adotamos a TMD como um interlocutor necessário, apesar de frequentemente marginalizada ou refutada sem o devido embasamento. Isso se deve ao fato de que essa teoria buscou formular uma estratégia socialista em meio à transição entre os dois ciclos aqui apresentados.

A burguesia brasileira sempre esteve organicamente vinculada ao capitalismo dependente, sem contradições internas significativas entre setores industriais e agrários. Pelo contrário, esses grupos compartilharam interesses comuns e se consolidaram como uma classe coesa, sem a oposição estrutural entre burguesia e aristocracia latifundiária que o PCB postulava.

Apesar de sua crítica à leitura do PCB, Caio Prado não propunha uma revolução socialista imediata. Para ele, o Brasil possuía um capitalismo “incompleto” e “imaturo”, condicionado pela dependência externa e pela baixa capacidade de consumo da população trabalhadora. Assim, a revolução brasileira deveria primeiro consolidar um mercado interno autônomo, o que exigiria uma ação estatal planejada para reorientar a economia nacional, promovendo reformas estruturais e ampliando a demanda interna (MARTINS et al, 2019).

Esse diagnóstico leva Caio Prado a uma proposta que, paradoxalmente, converge com elementos da END defendida pelo PCB, ainda que parta de premissas distintas. Sua visão antecipa aspectos da EDP ao enfatizar a necessidade de um desenvolvimento econômico voltado às necessidades do povo, articulado por uma aliança entre trabalhadores e camponeses. Em última instância, sua proposta sugere que apenas após essa transformação nacional seria possível vislumbrar uma revolução socialista, distanciando-se da ideia de uma ruptura imediata com o capitalismo e apontando para um processo de amadurecimento econômico e político da nação (MARTINS et al, 2019).

2.2. Florestan Fernandes: desafios históricos e a dialética da revolução

Florestan Fernandes, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, analisou a Revolução Burguesa no Brasil sob a ótica da modernização conservadora. Como indicado por Martins *et al.*,

[...] o desenvolvimento capitalista e a democracia no Brasil estavam desvinculados e não eram consequência da evolução um do outro – fato que se constituiria como uma “resultante política da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente”. Sua visão tende a suplantar definitivamente a perspectiva que via na revolução burguesa uma possibilidade de revolução nacional e democrática (MARTINS et al, 2019, p. 31).

Diferente da visão tradicional que enxergava na revolução burguesa uma via para uma transformação nacional e democrática, Fernandes demonstrou que a burguesia nacional nunca rompeu com a dominação imperialista, mas, ao contrário, perpetuou um modelo de dominação que conciliava elementos arcaicos e modernos. A partir desse diagnóstico, Florestan critica a chamada END, que pressupunha uma aliança entre a burguesia e as massas populares para realizar reformas progressistas.

Conforme apontado por Martins *et al.*,

Neste diapasão, momentos específicos em que a burguesia participara de aventuras nacionalistas – que ele [Fernandes] nomeia *radicalismo burguês* – deixaram claro que ela, por mais que lutasse por causas justas, não teria coragem de romper com a dominação imperialista e com os limites do subdesenvolvimento interno. Como consequência,

padronizava-se uma modalidade de “demagogia populista”, sob a qual não se abriam espaços políticos para a participação democrática de amplos setores e se agitavam interesses nacionais como se fossem interesses universais (MARTINS et al, 2019, p. 33).

A crítica central de Fernandes à END reside na constatação de que a burguesia, ao invés de promover um projeto de transformação nacional e autônomo, consolidou um modelo autocrático de dominação, baseado na conciliação entre elites e na exclusão das massas populares. Assim, Fernandes sugere que a única possibilidade real de transformação viria da mobilização dos trabalhadores e das classes populares, que, ao se engajarem na luta por reformas dentro da ordem, poderiam radicalizar o processo e transformá-lo em uma "revolução contra a ordem" (MARTINS et al, 2019).

2.3. Carlos Nelson Coutinho e a democracia como valor universal

Completando a tríade crítica à END, Carlos Nelson Coutinho, empenhado num importante debate interno do PCB (pertenceu ao partido de 1961 a 1982) no momento de abertura política no Brasil e crise do movimento comunista internacional na segunda metade da década de 1970, ofereceu uma perspectiva diferenciada ao afirmar que a luta democrática não deveria ser vista apenas como um estágio intermediário para o socialismo, mas como um valor estratégico em si (DANTAS, 2017).

Num contexto de enfrentamento da ditadura, crise da END e do PCB, “[..] que se desdobrava em consequentes rachas e fragmentações em suas fileiras, assumia agora tons dramáticos com a incapacidade flagrante de liderar a classe trabalhadora” (Konder, 1980 apud Dantas, 2017, p. 116) que apresentava um grande potencial insurgente oriundo das greves do ABC paulista (1978-1980).

O auge da crise e disputa interna do partido no VII Congresso provoca a saída eurocomunista, da qual Coutinho fez parte, é contexto para seu ensaio “A democracia como valor universal” (1979), no qual defendeu que a democracia não deveria ser apenas um instrumento ou um meio para alcançar o socialismo, mas um valor estratégico e permanente. Argumentou que a experiência histórica mostrava que a ausência de um compromisso com a democracia levava ao autoritarismo dentro dos próprios regimes socialistas, como evidenciado nas experiências soviética e chinesa. Assim, ele criticava concepções instrumentalistas da democracia, que a enxergavam apenas como um estágio tático antes da revolução.

Para Coutinho (1979), a democracia era essencial para a luta socialista, pois era o espaço no qual as classes trabalhadoras poderiam se organizar, disputar hegemonia e construir um projeto alternativo ao capitalismo. Ele destaca que o socialismo não poderia ser imposto de cima para baixo, mas deveria ser construído com ampla participação popular dentro de um regime democrático, de modo a não só tecer “[...] a crítica da estratégia etapista democrático-nacional como indicava as linhas gerais do que viria a ser a EDP liderada pelo PT” (DANTAS, 2017, p.116) na década de 1980.

A ideia de democracia defendida por Coutinho foi fortemente influenciada pelo pensamento de Gramsci, especialmente pelos conceitos de hegemonia e guerra de posição. Assim, nas palavras de Dantas (2017):

Coutinho captou um processo de ocidentalização – no sentido gramsciano – em curso no Brasil de fins da década de 1970. O franco desenvolvimento da sociedade civil, impulsionado pelos novos sujeitos políticos que despontavam na luta contra a ditadura, sobretudo no movimento operário paulista, é o mote do qual parte. Diferentemente de Florestan, registremos, que concebe a autocracia burguesa como traço estrutural da formação brasileira e, portanto, insuperável sem o rompimento da ordem que a sustinha, Coutinho – mais próximo de Caio Prado nesse aspecto – considerava a via prussiana uma forma política, capaz de ser superada pela mudança do padrão de interação da sociedade civil com a sociedade política. A aposta na pujança da movimentação da sociedade civil de então pretendia acudir também à proposta de renovação do PCB em nome da qual o autor empenhava-se, na tentativa de restaurar seu posto de liderança da classe trabalhadora organizada, perdida desde o golpe de 1964 (DANTAS, 2017, p. 118).

Essa concepção se opunha à visão clássica do PCB, que via a democracia apenas como um estágio intermediário na luta pela revolução socialista. Para Coutinho, essa visão reducionista enfraquecia a esquerda e limitava sua capacidade de mobilização rumo a um “*Estado controlado pelas forças populares*” (COUTINHO, 2008, p.145), em que a classe trabalhadora deveria disputar a hegemonia dentro da democracia, fortalecendo suas organizações e ampliando sua influência cultural e ideológica a partir da influência do pensamento gramsciano de que a dominação burguesa não se baseia apenas na coerção do Estado, mas também na construção de um consenso dentro da sociedade civil.

De modo geral, Coutinho fomentou seu pensamento defendendo que a estratégia da esquerda não deveria se basear em rupturas abruptas, mas em um trabalho de longo prazo por dentro das instituições democráticas. Ele acreditava que a transição ao socialismo no Brasil dependia de uma ampliação contínua da democracia, conquistando reformas estruturais e consolidando uma nova hegemonia na construção de um bloco histórico popular, ou seja, uma aliança entre trabalhadores, movimentos sociais, intelectuais e setores progressistas da sociedade para disputar o poder e transformar a estrutura do Estado em favor das classes subalternizadas.

Sob essa base de pensamento que se erigiu a EDP no Brasil a partir da década de 1980, especialmente no campo da esquerda, sendo fortemente influenciada pelo marxismo, em especial pelo pensamento gramsciano e pela experiência das lutas populares no país. Em síntese a EDP representa um caminho de transformação social que articula a luta institucional com a mobilização popular, valorizando a democracia como um campo legítimo de disputa e como um meio para construir um novo projeto de sociedade.

2.4. O projeto da Reforma Sanitária Brasileira

A EDP e o desenvolvimento da RSB compartilham uma base teórica e política fundamentadas na ampliação da democracia, na participação popular e na busca por justiça social. Na concepção de

Saúde como um Direito a partir da construção de um Estado democrático e popular, a RSB como projeto de sociedade teve como princípio central a ideia de saúde como um direito universal garantido pelo Estado, alinhado à EDP ao defender a ampliação dos direitos sociais e a democratização das políticas públicas como parte de um projeto de transformação social.

Assim, a luta pela saúde pública no Brasil foi impulsionada por intelectuais, sanitaristas e movimentos sociais que defendiam a superação do modelo excludente e privatista da assistência médica vigente nos anos anteriores ao movimento a RSB no fim dos anos 1970 e os anos 1980, concretizando a tensão entre tendências racionalizadoras do modelo assistencial dominante e as resistências empresariais setoriais, um projeto de recuperação da eficácia político-ideológica das Políticas Sociais enquanto instrumento de hegemonia (OLIVEIRA, 1988). Esse processo se conectou com a EDP ao enfatizar a necessidade de construir um Estado que responda às demandas populares e confronte os interesses das elites econômicas, com a participação popular e o controle social institucionalizado.

Dantas (2017) destaca que, a partir de 1983, o movimento sanitário adotou a estratégia de "ocupação dos espaços institucionais" para redirecionar as políticas públicas de saúde. Essa tática visava transformar as instituições de saúde em locais de construção de uma contra-hegemonia, em linha com o conceito gramsciano de luta pela hegemonia dentro das estruturas existentes. No entanto, essa abordagem levou a um distanciamento do movimento popular, ao priorizar as instituições de saúde e relegar a segundo plano a ampliação e o aprofundamento da aliança com as classes populares e trabalhadoras. Consequentemente, o processo ficou restrito a avanços e recuos no âmbito das políticas institucionais, concentrando-se no espaço político-legal e enfraquecendo a conexão com as classes populares.

É nesse contexto e nesse pensamento em saúde que se consubstancia o movimento sanitarista no Brasil, consolidando a saúde como um direito por meio de uma reforma setorial expressa em uma política social dentro do Estado capitalista — o que revela a dissonância em relação ao que propunha a TMD. Como aponta Silva (2017), a ênfase gramsciana na guerra de posição levou o movimento da RSB a focar no convencimento de setores tecnocráticos e formuladores de políticas, deixando de lado uma crítica estrutural ao capitalismo:

A demarcação da estratégia de guerra de posição – e uma leitura equivocada do conceito de Hegemonia – acentuaram o momento do consenso pelo MRS, ou seja, a tentativa de ampliar o convencimento de mais camadas da tecnocracia e dos policy makers para propostas de cunho racionalizador que apontariam para a construção da saúde enquanto direito (SILVA, 2017, p. 179–180).

Além disso, como observa Paim (2008 apud SILVA, 2017, p. 14), a RSB pode ser interpretada como um exemplo de "revolução passiva", conceito gramsciano que descreve mudanças progressistas absorvidas pelo Estado sem uma ruptura estrutural: *“ao avaliar os rumos da Reforma Sanitária Brasileira por meio do conceito gramsciano de Revolução Passiva, que exclui do processo de*

mudança os setores democráticos e populares, cumprindo parte de seu programa, mas mantendo-os fora dos espaços de poder”.

Um elemento explicativo considerável da ausência da TMD no campo da saúde coletiva é que a estratégia hegemônica da RSB privilegiou um caminho institucional de transformações graduais, dentro das margens do Estado burguês, o que se distanciou da crítica radical a subordinação das economias dependentes aos países de capitalismo central presente na obra de Marini.

A divisão internacional do trabalho, que definirá o rumo do desenvolvimento futuro da região.

Na visão de Marini:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, pp. 134-135).

Como afirma Brito (2019), a EDP baseia-se na construção de um longo processo de acúmulo de forças, sem ruptura revolucionária com a ordem burguesa:

O diagnóstico é de ausência de condições históricas para o desencadeamento de uma ruptura revolucionária socialista com a ordem burguesa, no Brasil, no curto prazo. Por isso, seriam necessários: 1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças, através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social “de baixo para cima”, por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população, articulados por uma orientação socialista (um programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista); e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extrainstitucional se materializasse na condução das políticas de governo (BRITO, 2019, p. 248).

Portanto, a adoção de uma estratégia baseada na luta por hegemonia dentro das instituições do Estado acabou marginalizando a TMD no campo da saúde coletiva, pois esta última demandaria uma crítica estrutural da dependência, mais alinhada a uma perspectiva revolucionária. O resultado foi a consolidação de uma abordagem reformista, que limitou a radicalidade do projeto sanitário brasileiro e o distanciou da TMD.

A adoção dessa estratégia reformista, em vez de uma abordagem marxista da realidade latino-americana, como propunha a TMD, limitou as possibilidades de uma crítica mais profunda sobre a dinâmica de desenvolvimento nos países dependentes. Isso inclui o movimento de privatização e financeirização da saúde que atingiu as economias dependentes na era neoliberal, a dependência estrutural, os mecanismos de transferência de valor para as economias centrais e a superexploração da força de trabalho na saúde pública brasileira e em outros setores da sociedade.

Além da dificuldade de circulação do pensamento de Marini, a TMD não foi incorporada à saúde coletiva ao passo que esse campo se estruturou sob a influência da EDP e do pensamento gramsciano. A RSB e a construção do SUS foram moldadas a partir da ideia de que o Estado poderia ser um espaço de disputa e transformação progressiva, sem considerar o âmago da realidade latino-

americana, que apontava para a necessidade da revolução socialista como única via para superar a dependência e o subdesenvolvimento.

3. A revolução brasileira e latino-americana rumo ao socialismo: a importância da Teoria Marxista da Dependência na análise do capitalismo dependente

As teorias da dependência surgiram nos anos 1960 como uma interpretação marxista da inserção das economias periféricas no capitalismo global, diferenciando-se das abordagens tradicionais que tratavam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como processos independentes. Estas teorias direcionavam suas críticas às diversas formulações de teorias do desenvolvimento elaboradas, naquela época, pelos Partidos Comunistas, pela Cepal, ou pelo ISEB, bem como às teorias da modernização, que pretendiam reproduzir, nas periferias, os padrões de desenvolvimento dos países de capitalismo central (MARTINS; FILGUEIRAS, 2018).

Com o passar do tempo, as teorias da dependência dividiam-se em duas correntes: uma de concepção crítica a dependência, balizada pelo marxismo, que persegue a transição a uma formação social socialista, tendo por principais formuladores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, e Theotonio dos Santos; a outra corrente coloca a dependência como tipo ideal histórico-estrutural de desenvolvimento das sociedades latino-americanas, pleiteando negociar com o imperialismo, cuja amplitude variaria com as possibilidades abertas por cada estrutura histórica. Alguns dos seus principais expoentes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (MARTINS; FILGUEIRAS, 2018).

Para Martins et al (2019), a categoria de dependência é central na história da América Latina desde a independência formal dos países da região. Essa noção foi amplamente utilizada para explicar as relações da América Latina com o resto do mundo, especialmente com a Europa e os Estados Unidos. Contudo, o tema ganhou maior relevância entre os anos 1964 e 1973, período marcado pela contrarrevolução na América Latina e pela integração imperialista dos sistemas de produção após a Revolução Cubana de 1959. Nesse contexto, emergiu a chamada controvérsia da dependência, na qual a esquerda marxista passou a utilizar a categoria de dependência para interpretar as características das formações econômico-sociais latino-americanas.

Dentro dessa controvérsia, destacam-se dois eixos principais: um relacionado ao desenvolvimento brasileiro e outro vinculado à crítica à END. Neste segundo eixo, Ruy Mauro Marini promoveu uma crítica contundente à END predominante na esquerda brasileira até então. Para Marini, o subdesenvolvimento e a dependência não eram meramente efeitos de uma relação externa de dominação, mas sim manifestações internas das relações capitalistas latino-americanas, marcadas pela especificidade do capitalismo dependente (MARTINS et al, 2019).

A compreensão da noção de economia periférica passa pelo entendimento do desenvolvimento e do subdesenvolvimento enquanto sendo “fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementariedade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial” (CARCANHOLO, 2009, p. 252).

Para a TMD, dependência e desenvolvimento fazem parte de uma mesma unidade dialética, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais ocorre simultaneamente à dependência dos países periféricos. Como aponta Carcanholo (2013, p. 193): “A noção de dependência defendida pela teoria marxista toma isso como base e entende o processo de acumulação em escala mundial como uma unidade dialética entre o *desenvolvimento* e o *subdesenvolvimento*”.

Perceber a dialética do desenvolvimento sobre tal perspectiva admite que o subdesenvolvimento de alguns países e/ou regiões resulta do desenvolvimento dos demais, ou em outras palavras, “as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras” (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 114). A teoria da dependência na sua versão marxista contesta a noção de que o subdesenvolvimento significa a falta de desenvolvimento.

Com base nesta perspectiva, as características das economias periféricas, tais como, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza, são estruturais e determinadas pela própria condição de dependência. Na realidade, essas economias não são passíveis de superação por meio da manipulação de política econômica como defendido por algumas concepções clássicas (ainda que, em alguma medida, críticas) como a cepalina (CARCANHOLO, 2009).

A END, defendida pela principal força da esquerda brasileira na época — o Partido Comunista Brasileiro (PCB) —, considerava que a dependência externa impedia o pleno desenvolvimento capitalista nacional. Nessa visão, o subdesenvolvimento resultava da ausência de um capitalismo maduro e da permanência de relações de produção “atrasadas”, semifeudais. A superação desse quadro seria possível através de um desenvolvimento autônomo, baseado na industrialização por substituição de importações e liderado pela burguesia nacional com forte participação estatal, sem romper, porém, com o sistema capitalista. Essa proposta tinha pontos de contato com o desenvolvimentismo da CEPAL, que defendia reformas estruturais para romper com a dependência externa e construir um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno (MARTINS et al, 2019).

De acordo com Martins et al (2019), Marini rompe com essa lógica ao afirmar que o capitalismo latino-americano não é um capitalismo “insuficiente” ou “atrasado”, mas sim um

capitalismo dependente — marcado estruturalmente por três elementos: (1) transferência de valor para os centros capitalistas; (2) superexploração da força de trabalho; (3) agudização das contradições do ciclo de capital devido à lógica de acumulação voltada para a exportação e para as elites.

A crítica de Marini à END teve impacto direto sobre a formulação da EDP, que emergiu após o esgotamento da estratégia nacional e democrática. A EDP reconheceu o papel das classes populares e da luta política no processo de transformação social, mas ainda manteve elementos da visão reformista da END. Marini contribuiu para a superação dessa visão ao demonstrar que o capitalismo dependente latino-americano não poderia ser superado por meio de alianças com a burguesia nacional — como preconizava a END —, uma vez que a própria burguesia nacional era funcional ao sistema imperialista (MARTINS et al, 2019).

Assim, acrescenta Martins et al (2019), Marini rejeita qualquer possibilidade de uma "etapa nacional-democrática" intermediária antes da revolução socialista, sustentando que o subdesenvolvimento e a dependência não podem ser superados dentro dos marcos do capitalismo. A revolução socialista, portanto, não seria uma fase posterior ao desenvolvimento capitalista autônomo, mas sim uma necessidade histórica imediata para romper com a dependência e instaurar uma nova ordem social.

A questão central que movia Marini, segundo Martins et al (2019) não era o desenvolvimento nacional, mas sim a revolução brasileira e latino-americana rumo ao socialismo. Para ele, o subdesenvolvimento e a dependência não são obstáculos ao socialismo, mas sim expressões de uma forma específica de capitalismo que deve ser superada por meio de uma revolução socialista. A industrialização e o aumento do consumo das massas, por exemplo, não são possíveis dentro dos limites do capitalismo dependente, pois este sistema é estruturado para a apropriação de mais-valor e a superexploração da força de trabalho.

Para o mesmo autor, Marini reafirma, portanto, que a verdadeira independência dos países latino-americanos só poderá ser conquistada por meio de uma revolução socialista, que rompa com as relações de produção capitalistas e elimine a lógica da dependência. Essa perspectiva implica na negação de alianças com a burguesia nacional ou internacional e na defesa de uma estratégia revolucionária de caráter socialista, baseada na organização e no poder da classe trabalhadora.

A crítica de Marini à END foi essencial para a formulação de uma nova interpretação marxista da realidade latino-americana, que apontava para a necessidade da revolução socialista como única via para superar a dependência e o subdesenvolvimento. A superação da END e a influência na EDP reforçaram a centralidade da luta de classes e da ruptura com o sistema capitalista na construção de um novo caminho para a América Latina. Marini, ao desvendar a natureza específica do capitalismo dependente, lançou as bases para uma estratégia revolucionária que permanece atual na análise das contradições do capitalismo latino-americano.

A relevância da TMD para a análise do capitalismo dependente continua evidente no século XXI, especialmente diante das crises do neoliberalismo e do aprofundamento da dependência tecnológica e financeira. No entanto, conforme discutido ao longo deste ensaio, essa teoria não foi incorporada ao campo da saúde coletiva, o que levanta questões sobre a hegemonia de outras abordagens e os limites da estratégia reformista adotada na RSB.

3.1. Determinantes históricos e ideológicos da ausência da TMD na saúde coletiva brasileira

A ausência da TMD no campo da saúde pode ser explicada por diversos fatores históricos e ideológicos. Entre eles, destacam-se a hegemonia da EDP no projeto da RSB, a predominância do pensamento gramsciano na saúde coletiva e, como veremos a seguir, a própria dificuldade de disseminação da obra de Ruy Mauro Marini no Brasil.

Carlos Eduardo Martins (2011) aponta que a obra de Marini teve pouca circulação no Brasil devido a uma combinação de fatores políticos e institucionais. Em primeiro lugar, o golpe militar de 1964 forçou Marini ao exílio antes que ele consolidasse sua produção acadêmica no país, dificultando sua recepção: “*o golpe militar de 1964, que o apartou do país no seu nascedouro, antes que o autor desenvolvesse grande parte de sua produção*” (MARTINS, 2011, p. 127).

Além disso, o contexto político dos anos 1970, marcado pela derrota dos movimentos revolucionários na América Latina, abriu espaço para uma ofensiva conservadora que limitou o alcance da TMD: “*a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina nos anos 1970, o que permitiu a rearticulação da ofensiva conservadora, limitando o isolamento ideológico das ditaduras*” (MARTINS, 2011, p. 127).

Outro elemento crucial foi a interferência de fundações estrangeiras, como a Fundação Ford, na reestruturação das ciências sociais no Brasil, promovendo uma fragmentação disciplinar que afastou leituras críticas mais amplas, como a TMD:

[...] a estratégia burguesa de redemocratização articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais. A Fundação Ford, em particular no Brasil, cumpriu um papel bastante importante, visando à constituição de uma comunidade acadêmica emergente capaz de dirigir a base econômica que esta havia gerado num contexto democrático (MARTINS, 2011, p. 127).

Outro fator importante foi a influência da vertente da “dependência associada”, promovida por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que criticou Marini sem permitir um debate direto: “*A publicação no Cebrap, financiado pela Ford, de uma crítica de Cardoso e José Serra à obra de Marini, sem a resposta do autor, durante a vigência da ditadura, censurando o debate ocorrido no México, contribuiu para distorcer a obra de Marini no Brasil*” (MARTINS, 2011, p. 128).

Essa estratégia reduziu ainda mais a circulação da TMD e fortaleceu abordagens que enxergavam a dependência como um fenômeno adaptável à modernização capitalista, o que se refletiu na adoção de uma estratégia reformista na saúde coletiva.

Por fim, o sucateamento das universidades públicas durante o período neoliberal dificultou a reconstrução de um pensamento crítico na academia brasileira: “*Finalmente, o sucateamento das universidades públicas pela ofensiva neoliberal dificultou a reconstrução de uma ciência social articulada ao interesse das grandes maiorias*” (MARTINS, 2011, p. 128). Esse conjunto de fatores estruturais ajuda a explicar por que a TMD não teve ampla recepção nos círculos acadêmicos brasileiros, incluindo o campo da saúde coletiva.

Conclusão

Este ensaio procurou analisar os fatores históricos, ideológicos e políticos que explicam a ausência da TMD no campo da saúde coletiva no Brasil. A partir de um percurso histórico e teórico detalhado, foram levantados três eixos principais que ajudam a compreender esse fenômeno: (1) a hegemonia do sanitarismo desenvolvimentista e do pensamento da nacional-desenvolvimentista da Cepal, (2) a influência da EDP e do pensamento gramsciano na RSB, e (3) a marginalização da TMD no debate acadêmico e político brasileiro devido à combinação de fatores institucionais, repressão política e isolamento intelectual de autores como Ruy Mauro Marini.

O ensaio demonstrou que o sanitarismo desenvolvimentista, alinhado ao pensamento cepalino, privilegiava uma visão reformista e institucionalista sobre o desenvolvimento, entendendo que o progresso econômico levaria naturalmente a melhorias na saúde pública. Essa perspectiva consolidou-se na RSB, que seguiu uma lógica de guerra de posição gramsciana, buscando a ocupação de espaços no Estado para promover mudanças estruturais sem romper com o sistema capitalista.

A TMD, por sua vez, apresentava uma crítica mais radical ao desenvolvimento capitalista, enfatizando a transferência de valor para as economias centrais, a superexploração da força de trabalho, o envio adicional de valor para essas economias sob diversas formas, como o pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, e o pagamento de royalties, a elevada concentração de renda e riqueza e o agravamento dos problemas sociais como elementos constitutivos do capitalismo dependente. A lógica da TMD entrava em conflito direto com a abordagem reformista e institucionalista adotada pela saúde coletiva, o que acabou contribuindo para sua exclusão teórica e política desse campo.

Além disso, o isolamento da obra de Marini devido à repressão política e à hegemonia das abordagens reformistas e funcionalistas nas ciências sociais brasileiras reforçou a marginalização da TMD. A influência da Fundação Ford e de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso também desempenhou um papel central na difusão de uma visão mais conciliadora da dependência, o que enfraqueceu a perspectiva crítica e revolucionária proposta por Marini.

Portanto, o não alinhamento da TMD com a estratégia gramsciana da RSB, somado ao contexto político e acadêmico hostil à radicalidade marxista, pode ajudar a compreender a ausência

dessa teoria no campo da saúde coletiva brasileira. Contudo, diante dos desafios contemporâneos relacionados à crise do neoliberalismo, à financeirização da saúde e à crescente privatização dos serviços de saúde pública, a TMD ressurge como uma ferramenta analítica potente para interpretar os impactos das dinâmicas globais sobre os sistemas de saúde em economias dependentes.

Revisitar a TMD no contexto atual da saúde coletiva brasileira é, portanto, uma tarefa urgente para compreender os limites estruturais do SUS e das políticas públicas de saúde no Brasil. A análise crítica das contradições do capitalismo dependente pode fornecer novos elementos para repensar as estratégias de enfrentamento das desigualdades em saúde.

REFERÊNCIAS

Amaral MS, Carcanholo MD. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Ferreira C, Osorio J, Luce M, editores. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo; 2012. p. 113–130.

Borges CF, Baptista TWD. Leituras sobre o sanitarismo desenvolvimentista e interpretações para a reforma sanitária brasileira e a saúde coletiva. *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos*. 2021;28(1):79–99.

Bresser-Pereira LC. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: Navarro de Toledo C, organizador. *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan; 2005. p. 201–232.

Carcanholo MD. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: Sader E, Santos T, editores. *A América Latina e os Desafios da Globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial; 2009. p. 251–264.

Carcanholo MD. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trab Educ Saúde*. 2013;11(1):191–205.

Castelo R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Castelo R, editor. *Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil*. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital; 2022. p. 169–194.

Coutinho CN. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*. 1979;(9).

Dantas AV. *Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.

Escorel S. Mário Magalhães: Desenvolvimento é Saúde. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2015;20(8):2453–60.

- Marini RM. América Latina: dependência e integração. 1. ed. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA; 1992.
- Marini RM. A crise do desenvolvimentismo. In: Castelo R, editor. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas; 2010. p. 103–118.
- Marini RM. Dialética da dependência. In: Traspadini R, Stédile JP, editores. Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2011. p. 131–172.
- Martins C, Prado FC, Figueiredo IM, Motta S, Neves V. A “Estratégia Democrático-Popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: Iasi M, Figueiredo IM, Neves V, organizadores. A estratégia democrático-popular: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital; 2019. p. 25–54.
- Martins CE. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Crítica Marxista*. 2011;(32):127–46.
- Martins CE, Filgueiras L. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. *Cad CRH*. 2018;31(84):445–9.
- Nunes ED. Merton e a sociologia médica. *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos*. 2007;14(1):159–172.
- Oliveira JA. Reformas e reformismo: "democracia progressiva" e políticas sociais (ou "para uma teoria política da reforma sanitária"). *Cad Saúde Pública* [Internet]. 1987;3(4):360–87. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1987000400002>
- Paim JS. Contribuições do marxismo para a reforma sanitária brasileira (RSB). In: Pereira MF, Silva MDF, editores. *Recortes do pensamento marxista em saúde*. Brasília: Dreams; 2006. p. 29–41.
- Prado Júnior C. A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil [entrevista de Chico de Oliveira; posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo]. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2014. Versão Kindle.
- Reis JRF. “Viver é influenciar”: Mário Magalhães, sanitarismo desenvolvimentista e o campo intelectual da saúde pública (1940-1960). *Tempo Soc*. 2015;27(2):279–304.
- Silva THS. Força ou consenso: a reforma sanitária brasileira entre o dilema reformista e o minotauro da saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017.
- Silveira MM. Política nacional de saúde pública: a trindade desvelada: economia saúde população. Rio de Janeiro: Revan; 2005.